

APRESENTAÇÃO

É com enorme satisfação que apresentamos essa coletânea. Ela reúne os seis artigos premiados no **VII Prêmio Antropologia e Direitos Humanos Edição 2016: “Antropologia e Direitos Humanos: direitos, conflitos e cidadania”**, organizado pela Associação Brasileira de Antropologia, na gestão (2014-2016) dos professores Antônio Carlos de Souza Lima (presidente) e Jane Beltrão (vice-presidenta), através da Comissão de Direitos Humanos. Trata-se da sétima edição desse concurso, iniciado em 2000, com o patrocínio da Fundação Ford até 2008, e continuado com apoio integral da própria ABA. As sucessivas edições do certame tiveram como resultado, além do reconhecimento da temática abordada e dos autores e trabalhos premiados, seis coletâneas, reunindo discussões de referência fundamental no campo da Antropologia e Direitos Humanos.

A presente edição do Prêmio teve um total de 33 inscrições, nas categorias doutorado (15), mestrado (10) e graduação (8). Em cada categoria foram concedidos um prêmio e uma menção honrosa, destacando os trabalhos melhor avaliados. Para isso, contamos, para cada categoria, com o trabalho de uma comissão de avaliadores com experiência na área. Na categoria doutorado, participaram as professoras Ana Paula Mendes de Miranda, Claudia Fonseca, Juliana Mello, Kelly da Silva e Ângela Facundo, com a coordenação de Gisele Fonseca Chagas, da Comissão de Direitos Humanos/ABA. Na categoria mestrado, as professoras Haydée Caruso, Paula Lacerda, Fernanda Bittencourt Ribeiro e Cristina Patriota, com a coordenação de Patrice Schuch, também da Comissão. Em graduação, participaram os professores Deborah Bronz e Robson Cruz, com a coordenação de Lucía Eilbaum, da Comissão de Direitos Humanos/ABA. Contamos também com o apoio e eficiente trabalho de Carine Lemos, secretária administrativa da ABA, e de Roberto Pinheiro, assistente administrativo. De forma mais geral, agradecemos o empenho e apoio íntegro do presidente Antônio Carlos de Souza Lima.

Por sua parte, os autores premiados nessa edição representam programas de pós-graduação e cursos de graduação de diversas instituições e estados do Brasil (Minas Gerais, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná).

Sobre os artigos

Os artigos aqui reunidos abordam diversas temáticas vinculando etnografias realizadas em campos empíricos distintos com discussões em torno a formas diversas de violação e/ou reivindicação de direitos.

Na categoria doutorado, o artigo de Tiago Lemões da Silva (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS), “Rumores, denúncia e mobilização social: uma disputa pela ‘verdade’ sobre a ‘violência estatal””, apresenta uma etnografia acompanhando grupos de população de rua em Porto Alegre e sua relação com diversos agentes do Estado. Nesse sentido, trata-se de uma perspectiva original na abordagem das denúncias de violações e luta por direitos, que problematiza o lugar do etnógrafo em pesquisas que envolvem mobilizações sociais. Da mesma forma, a abordagem resulta inovadora na discussão sobre como os “rumores” sobre possíveis ações estatais constroem e fazem também o Estado, evidenciando uma perspectiva ambivalente do Estado nas suas diversas formas de exercício da “violência estatal”. De igual modo, Lemões problematiza a ideia de “direitos humanos” e mostra como os policiais, por exemplo, acionam esses discursos para legitimar a repressão a grupos considerados desiguais.

Também na categoria doutorado, o artigo “‘De criminosa a vítima’: aborto, polícia e direitos humanos na região metropolitana do Rio de Janeiro”, de Flavia Medeiros Santos (Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFF), aborda uma temática de relevância sociológica e social de particular atualidade no debate público e político, que é a criminalização – ou não – do “aborto” e seus efeitos nos direitos e na vida das mulheres. O texto inova ao incorporar a voz dos policiais civis, no âmbito de uma Delegacia de Homicídios (DH) no Rio de Janeiro, onde a pesquisadora desenvolveu trabalho de campo. Nesse sentido, o artigo também demonstra e discute a inserção da etnografia no campo e os desafios, polêmicas e interações construídas com seus interlocutores sobre o assunto. Especificamente, o artigo é construído a partir do relato e o modo pelo qual três casos de “aborto” foram interpretados, classificados e tratados pelos policiais. Através deles, a autora discute a ambiguidade da posição dos policiais diante dessa prática, tomada ora como

um crime, ora como um direito das mulheres. Ainda de forma mais incisiva, explicita-se como a interpretação sobre os três casos influenciaram na tomada de posição dos policiais, a responsabilidade das ações policiais e, assim, um processo de autorreflexão sobre a própria prática.

Já na categoria mestrado, o artigo de Pedro Henrique Mourthé de Araújo Costa (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFSCAR), “Entre os documentos e as retomadas: movimentos da luta quilombola em Brejo dos Crioulos (MG)”, toma como objeto de pesquisa a “luta” quilombola pelo território nessa localidade mineira. A abordagem é inovadora porque, na perspectiva da luta por direitos desses grupos, articula duas dimensões dessa mobilização: o movimento entre as ocupação de terras e os documentos que devem ser produzidos, criados e apresentados como estratégia de luta, reivindicação de direitos e legitimação das demandas. Nessa perspectiva, o artigo resulta muito original na articulação da etnografia de um movimento social e suas formas de luta, em especial no âmbito rural, com a “circulação de papéis”, mostrando como documentos, pessoas e lugares se entrecruzam nas demandas por reconhecimento.

Ainda na categoria mestrado, o trabalho “‘Na minha mão não morre’: uma etnografia das ações judiciais de medicamentos”, de Lise Vogt Flores (Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFPR), traz uma abordagem sensível e atenta à minúcia da tramitação/construção de processos judiciais e sentenças relativas a demandas por medicamentos, em Curitiba/Paraná. A etnografia dos processos e as entrevistas trazidas ao texto ilustram o trânsito semântico do direito à saúde ao argumento que vincula a demanda ao direito à vida. Dessa forma, analisando documentos e os sentidos e significados que as decisões judiciais têm para os próprios autores, o artigo não só demonstra o caráter performativo dos direitos, mas também de que maneira através deles a vida é, parafraseando a Souza Lima, gerida e gestada pelo Estado.

Por fim, na categoria graduação, o artigo de Miguel Antônio dos Santos Filho (UnB), “O combate à ‘violencia domestika’ na Fokupers: práticas de mediação e de transposição da modernidade em Timor-Leste”, é fruto de um importante investimento na experiência de internacionalização do pesquisador que tem alcançado excelentes resultados. O artigo apresenta uma boa descrição etnográfica sobre como Organizações

Não Governamentais (ONGs), em particular a Fokupers, lida com questões relativas à *violensia domestika* em Timor-Leste, no papel de “mediação” com instituições do Estado, especificamente com o Judiciário. A partir dessa descrição, o artigo coloca em discussão as políticas e ações de “promoção da igualdade de gênero” e ao questionamento da universalidade de categorias como “direitos humanos” e “violência”. Por fim, também aborda como essas questões podem ser pensadas, no processo histórico e político vivenciado em Timor-Leste, em relação à modernidade e como ela é experimentada e ressignificada localmente.

Finalmente, ainda em nível de graduação, o trabalho “Conflito, mobilização e violações de direitos: atingidos pela mineração e a luta por justiça nas reuniões da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) em Conceição do Mato Dentro/MG”, de Luciana da Silva Sales Ferreira (UFMG), reflete também um intenso esforço de pesquisa acompanhando a demanda e luta de populações rurais atingidas pelo Projeto Minas-Rio, empreendimento do conglomerado britânico Anglo American. O trabalho traz contribuições importantes para os estudos sobre os grandes projetos de desenvolvimento, a partir de uma dimensão pouco explorada: a do sofrimento e da violência e a sua relação com os debates sobre direitos humanos.

Em termos gerais, gostaríamos de destacar que todos os artigos, frutos de empreendimentos etnográficos compromissados e intensos, contribuem para que as discussões centrais no campo da Antropologia e dos direitos humanos ganhem visibilidade. Tais discussões mostram a interlocução profícua entre os autores e os grupos sociais em questão: populações de rua, mulheres, comunidades rurais, pessoas com doenças, policiais, juízes, defensores e promotores públicos, organizações não governamentais. Todos esses atores tornam-se sujeitos fundamentais nos processos de luta por reconhecimento e demanda de direitos, seja contestando e reclamando por ações e decisões públicas e oficiais, seja definindo, mediando e/ou decidindo em nome do Estado. Através desses processos, podemos ver como esses atores vão construindo o Estado e tornando-o mais ou menos inteligível. Ao mesmo tempo, através desses processos vão se definindo e legitimando, ou não, direitos sociais e civis, em um contínuo caminho de inclusão e exclusão de demandas, direitos, corpos e sujeitos.

Por fim, através das análises possibilitadas pelas discussões aqui apresentadas reforçamos a percepção, construída durante todo o trabalho da Comissão, sobre como a categoria “direitos humanos” evoca, provoca e/ou suscita diversas moralidades em diferentes campos de intervenção social, acadêmica, política e jurídica. Dessa forma, a noção de “direitos humanos”, nos seus múltiplos sentidos, revela-se como um campo de disputas e tensões, em nome do qual são construídos, legitimados e deslegitimados diversos processos de demanda, reconhecimento e/ou confronto de direitos.

Com essas considerações iniciais, desejamos a todos uma boa leitura e a continuidade de empreendimentos como o aqui apresentado. Congratulações aos premiados e a todos os participantes!

LUCÍA EILBAUM

Professora de Antropologia/UFF
Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos/ABA

PATRICE SCHUCH

Professora de Antropologia/UFRGS
Membro da Comissão de Direitos Humanos/ABA

GISELE FONSECA CHAGAS

Professora de Antropologia/UFF
Membro da Comissão de Direitos Humanos/ABA

